

Cláudia Daniela de Sousa

O ESTUDO DO MEIO AMBIENTE NO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca do Curso de Especialização em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Paraná. Como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: Edmilson César Paglia.

MATINHOS

2011

O ESTUDO DO MEIO AMBIENTE NO CAMPO

Claudia Daniela de Sousa¹;
Edmilson César Paglia².

RESUMO

Os cuidados com o meio ambiente têm conseqüências diretas na qualidade de vida e no futuro da população. Por isso é importante que cada um esteja consciente e fazendo a sua parte para recuperar a natureza como um todo. Este trabalho teve como objetivo relatar a prática da conscientização dos educandos do PróJovem Saberes da Terra, do município de Pérola D'Oeste no distrito de Esquina Gaúcha, sobre a importância da reciclagem do lixo nas suas propriedades. A metodologia empregada no artigo foi uma pesquisa de campo e estudos bibliográficos em sala de aula.

Palavras-chave: meio ambiente, lixo, reciclagem.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: xxx@xxx.com

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais causas que distinguem os seres humanos dos outros seres vivos é capacidade de agir sobre a natureza para criar e recriar condições para sua existência na natureza.

Muitos dos produtos utilizados, na lavoura para o desenvolvimento das plantas, pelo homem moderno passaram a ser lançados intempestivamente no ar, na água e no solo provocando uma poluição de permanência longa no ambiente.

A solução e a preservação dos problemas ambientais pressupõem o uso inteligente dos recursos naturais. Isso exige cuidados como planejamento e organização que considere os vários aspectos do ecossistema e a forma adequada de utilizá-los sem destruí-lo.

Os recursos e materiais são limitados e precisam ser usados com sabedoria. Os sistemas naturais da Terra são vitais esgotarão se forem sobrecarregados. Desta forma, podemos observar que sobrevivência e a natureza estão diretamente ligados as práticas cotidianas.

No momento em que foi estimulado a percepção deste problemas ambientais sentimos a necessidade de envolver os educandos do PróJovem Saberes da Terra. Para este processo foram envolvidos os educandos moradores em uma comunidade rural familiar, com atividades agrícolas e pecuárias. Ao relato foi baseado no dialogo aberto com os educandos em sala de aula e nas suas propriedades rurais, localizadas em uma pequena comunidade, chamada Esquina Gaúcha, no município de Pérola D'Oeste.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As aulas práticas ocorreram em propriedades de alguns alunos onde foi feita uma caminhada ao redor de suas propriedades havendo um diálogo sobre o ambiente em que estávamos inseridos. Discutindo e anotando o que presenciávamos de correto e errado no meio ambiente. Fazíamos a avaliação tentando melhorar o ambiente recolhendo e limpando os arredores da propriedade assim como conscientizando os vizinhos sobre a separação e o cuidado com o meio ambiente.

As aulas práticas feitas durante a experiência, fez com que trabalhássemos com diversos apoios como: galões, carrinho de mão, trator, foice, enxada, vassoura isso tudo para limpar as propriedades colocando em prática o estudo em sala de aula.

Os trabalhos foram feitos em três propriedades onde todos os educandos participavam. Percebia-se que todos estavam satisfeitos e empenhados para realizar as tarefas propostas.

O trabalho de campo foi feito aos sábados cerca de quatro horas de trabalho contendo em média de seis educandos, professor e técnico para um melhor auxílio e proveito.

Aprendi que a relação e ação de produzir algo está presente no pensar, no criar e no transformar de quem acredita no que se está fazendo, pois somos capazes de renovar e mudar o mundo conhecendo a história e a sua própria capacidade de reviver do que aprendeu e do seu esforço mostrando boa vontade e perseverando no que está se fazendo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O princípio do trabalho fundamentou-se na Educação Ambiental. Muitos foram os recursos materiais e atividades que foram dispostos para efetivação do processo ensino/aprendizagem e para o desenvolvimento de consciência ambiental e social.

Segundo DIAS (1997) não se pode compreender a educação ambiental sem as dimensões políticas, econômicas e sociais. Analisar a questão ambiental apenas do ponto de vista “ecológico” seria praticar um reducionismo perigoso, na qual as nossas mazelas sociais não apareciam. Essas mazelas, por sua vez, são criadas, pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado, que visa, apenas, à exploração imediata, contínua e progressiva dos recursos naturais, cujo lucro predatório vai para as mãos de uma pequena parcela da propriedade. A Educação Ambiental deveria fomentar processos de participação comunitária que possam efetivamente interferir no processo político.

Problemas ambientais são, de modo geral, comportamentais, seja por comportamento individual ou grupal, em grupos casuais ou sistematizados. Se a visão individual fosse correta, por consequência natural, a visão coletiva também o seria, em todos os níveis.

Hoje, um dos grandes impactos causado na natureza é a Poluição. Se há uma forma de poluição que está no alcance de todos, seja para produzi-la, seja para eliminá-la, essa é o lixo.

Lixo é tudo aquilo que descartamos das nossas vidas e atividades quer seja dos processos industriais ou ainda restos de construções, limpeza das ruas ou lugares públicos, domésticos, hospitalar, resíduos agrícolas tóxicos e outros tantos (JAMES, 1992).

Não há no Planeta Terra um ser que mais tenha deixado sinais de sua passagem, na forma de acúmulo de lixo, do que nós seres humanos. Alias, muito do que conhecemos do homem primitivo seus hábitos alimentares, seus costumes sociais, descobrimos através do lixo que deixou.

Em ambientes naturais, o solo possui uma dinâmica pela qual os restos orgânicos dos seres vivos, o seu lixo, são recicláveis e reaproveitados nos ciclos biogeoquímicos.

Nas cidades ou no campo isso não acontece. A ausência de reciclagem produz o acúmulo de lixo, criando graves problemas ecológicos e de saúde pública.

Todos produzem lixo, tanto na área urbana, como na área rural. A maior parte do lixo urbano é produzida nos domicílios sendo rico em matéria orgânica e produtos recicláveis, ele possui quatro alternativas de tratamento, deposição em aterro sanitário, incineração, compostagem e reciclagem (PAULINO, 2004).

O aterro sanitário, não é de fato, um processo de tratamento do lixo, mas uma maneira condicioná-lo no solo em camadas sucessivas de espessura, e depois cobertos por uma camada de solo argiloso, para posterior compactação. Várias dessas camadas podem se sobrepor, formando um sanduíche de lixo enterrado, que será decomposto por processos naturais. A definição do local do aterro sanitário, deve ser feita com muito critério para evitar a contaminação da água subterrânea, que alimenta os rios e poços artesianos.

A compostagem exige a separação prévia de alguns alimentos que não são orgânicos como vidros, metais e plásticos; a parte orgânica do lixo é então, submetida a um tratamento biológico do qual resulta o que é um material rico em nutrientes, de aspecto turfoso e escuro, semelhante a terra vegetal, sendo esta muito útil para a fertilização do solo, para a instalação de uma usina o compostagem envolve elevados investimentos econômicos dependendo de sua mecanização, assim como de mão de obra especializada. Quando operada de forma errada, produz mau cheiro, o que dificulta sua instalação em áreas residenciais. tendo em vista essa necessidade de consciência da educação ambiental, o trabalho aconteceu na propriedade rural de um educando, objetivando a coleta do lixo, sendo que a reciclagem que pressupõe a coleta seletiva é a melhor solução para o problema do lixo. Seu custo é baixo, mas seu êxito depende de uma campanha educativa que orienta cidadãos a separarem as várias frações do lixo, denominadas

de lixo orgânico, papel, vidros, plásticos e metais. Dessa forma podemos dizer que o lixo reciclado é demonstração de cultura, respeito ao meio ambiente e preocupação com a população global.

Durante essa aula prática foi analisado a questão ambiental no Brasil que em geral tratada com seriedade pelos que se dizem amantes da natureza, mas de uma forma romântica e alienada. O mito de que os recursos naturais são inesgotáveis não sai das cabeças dos brasileiros.

Em especial para a elite e a classe media, o meio ambiente tornou-se um mercado de lazer, cujo consumo ajuda a diminuir o complexo de culpa dos que diretamente ou por omissão contribuem para o agravamento da crise ambiental. Há ações bem intencionadas de certas ONGs pelo nosso Brasil afora.

Sendo que não bastam as comemorações anuais de semanas do meio ambiente e em repetições de que a Agenda21 ensina regras para o desenvolvimento sustentável.

Na década de 1960 a população dos países do Norte solicitaram melhorar “qualidade de vida”, isto porque, as necessidades materiais básicas foram satisfeitas e estavam sendo cumpridas. Porém lutam pela qualidade nas condições de trabalho. Nesta década inicia-se o interesse dos economistas pela questão ambiental, observando-se efeitos do crescimento econômico sobre o meio ambiente.

Em setembro de 1968 foi realizado em Paris, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera (Conferência da Biosfera), sob a coordenação da UNESCO, tendo por objetivos analisar o uso e a conservação da biosfera, o impacto humano sobre a mesma e a questão ambiental. (DIAS, 1997).

Na década de 1970, solidifica-se a consciência planetária das ameaças da civilização industrial tecnológica desertificação, destruição da camada de ozônio, e que os recursos naturais são limitados. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na Suécia em 1972 em Estocolmo, teve por temática o desenvolvimento humano. Os países menos desenvolvidos

posicionaram-se sobre a relação de controle de desenvolvimento “versus” controle de poluição, resultando na internacionalização da questão da proteção ao meio ambiente.

Neste sentido, cabe destacar o Princípio 21 da Declaração de Estocolmo que determina que “De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, de acordo com a sua política ambiental e a responsabilidade de assegurar que as atividades levadas a efeito, dentro de sua jurisdição ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora dos limites da jurisdição nacional”. Entretanto, a preocupação ambiental par aos países menos desenvolvidos estava relegada a segundo plano, porque os raiz problemas de sua população estavam ligado são seu subdesenvolvimento: fome, miséria, carência de escolas, moradias, saneamento básico, atraso tecnológico, etc. (VIEIRA, 2002).

A Conferência de Estocolmo teve como resultado, a criação do Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas. Para essa conferência a proteção ao meio ambiente teve reconhecimento desde o ano 1972, pela Declaração de Estocolmo, como um direito fundamental dos indivíduos, a existência de um meio-ambiente sadio e equilibrado seno a condição necessária a efetividade de numerosos direitos da pessoa humana para as gerações presentes assim como para as gerações futuras.

Destaca-se o Princípio da Participação (Princípio 10), que salienta a participação de todos os cidadãos interessados na questão ambiental, sublinhando o papel fundamental da mulher (Princípio 20), dos jovens (Princípio 21), das comunidades indígenas e outras comunidades locais (Princípio 22).

Conforme o que salienta o autor, FERREIRA (2001) os resultados da Conferência Rio-92 ressaltaram a fragilidade de uma cidadania e de uma sociedade civil que esta entendendo a duras penas as contradições existentes entre o oficial e o “oficialisco”. Entre cidadanias conquistadas e direitas outorgados.

Quanto a matéria ambiental aquela Constituição abriu espaços à participação/atuação da população na preservação e na defesa ambiental, impondo a coletividade o dever de defender o meio ambiente (artigo 225, CF/88) e colocando como direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros, a proteção ambiental determinada no artigo 5º , inciso LXXIII,CF/88(Ação Popular). Estabeleceu que o meio ambiente equilibrado, impondo ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo á presente e as futuras gerações e ampliou as ações judiciais na tutela ambiental (BARROSO, 1992).

É direito de a comunidade participar na formulação e execução das políticas ambientais, que deve ser discutida com as populações atingidas; também, a atuação nos processos de criação do Direito Ambiental: e, ainda, a participação popular na proteção do meio ambiente por intermédio do Poder Judiciário.

Em sede infracional salienta-se a participação da população interessada na Audiência Pública do Estatuto Prévio de Impacto Ambiental, conforme estabelece o artigo 225, inciso IV, da CF/88 e da Resolução COMANA nº 9, de 3 de dezembro de 1987, bem como, a atuação de membros da comunidade em Conselhos ou Órgãos de Defesa do meio Ambiente (ANTUNES, 1996).

Deve-se assim dizer que o tema ambiental é um dos mais importantes na última década do século XX, revelando os impactos negativos provocados no ambiente natural pelo crescimento sem limites que impôs forte domínio sobre a natureza além de umas necessidades. Este crescimento se mostrou ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto, e o esgotamento deste modelo é o que caracteriza a sociedade global do final deste século.

Portanto, destaca-se a necessidade da participação da comunidade e do Poder Público como agentes construtores de um meio ambiente equilibrado, objetivando a melhoria da "qualidade de vida" da população e da preservação do meio ambiente. A participação é um processo de conquista, construída constantemente através da abertura de espaços, pois não existe participação suficiente. (ÁVILA, 1989).

A atuação/exigência do cidadão é instrumento eficaz de consolidação da democracia participativa, não só individual, como também coletiva, através de varias formas de organização. A participação é parte que integra o exercício democrático e alicerces da cidadania; e, a continuidade da democracia numa sociedade pluralista depende de uma participação popular que busque solidificar/intensificar/atualizar as conquistas em todos os campos, neste caso, as relacionadas com os problemas das incertezas globais referentes a questão do meio ambiente.

Como educanda e educadora estou mais convicta com o que Paula Freire salienta sobre a reflexão do homem e o seu compromisso da sociedade sendo que este movimento do ser homem é pensado no seu percurso reflexivo onde permite ser objetivado na medida em que é possível de chegar aos espaços de formação, acredito que as idéias freireanas me serviram como orientação para o processo de formação docente no que se refere a reflexão critica da prática pedagógica que implica no escutar no dialogar reconhecendo a identidade cultural do povo do campo.

3 CONSIDERAÇÕES

Ao concluir este artigo obtenho a experiência, como educanda da especialização em educação do campo, que os saberes da escola do campo deve ser contextualizada a partir da realidade do mesmo, abrangendo populações bem diversificadas, por isso a importância de se respeitar e valorizar o meio em que se vive.

O papel do educador do campo tem como objetivo de levar o aluno a pensar, agir, produzir e reproduzir idéias e ações diante de um problema, isto é, ser uma mediadora de novos conhecimentos, fazendo ligações de teoria e práticas.

Pensar a escola do campo a partir das peculiaridades de escola do campo, adaptando as na forma de funcionamento e atendimento, para garantir a

continuidade funcional dos estabelecimentos existentes no campo. Portanto, pensar a educação a partir do mundo do campo para o campo.

No decorrer do processo ensino-aprendizagem os educandos se mostraram-se interessados e dedicados aos estudos bibliográficos e nas aulas práticas, as quais foram efetuadas em suas propriedades.

Segundo a educanda 1: *“Tudo esta se acabando aos poucos. É o que podemos ver. Antigamente era bem diferente. Tudo era mais verde, não tinha tanto lixo, parecia que vivíamos bem melhor e hoje vivemos bem pior. A gente depende do meio ambiente e mesmo sabendo disso muitas vezes não cuidamos.”*

Ressalta educanda 2: *“Eu cuido e faço a separação correta pelo menos eu tento o que posso aproveitar aproveito , mas alguns não fazem sua parte não se preocupam com o meio ambiente.”*

Como disse a aluna todos devem fazer a sua parte pois, solucionar os problemas ambientais brasileiros é uma tarefa muito complexa, visto que os mesmo tem relação com suas formas tomadas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, sobretudo pós 1964, que se manifestam numa serie de questões relacionadas como a crise social, que é uma crise econômica – a recessão, o desemprego, a inflação, a dívida externa, a dívida interna, a crise social, que é uma crise estrutural, gerando desigualdades, pobreza, marginalidade, e a própria crise moral, que atinge particularmente o poder publico.

Segundo educanda 3: *“Não posso fazer tudo pelo mundo e nem solucionar todos os problemas do meio ambiente, do lixo. A gente depende muito dos outros, como da prefeitura do poder publico como a professora explicou. As pessoas só pensam nelas mesmas, só pensam no dinheiro em poder e não cuidam do ambiente.”*

Na cidade ou no campo a escola, além de outros meios de comunicação, são responsáveis pela educação das pessoas e conseqüentemente da sociedade, uma vez que há o repasse de informações, gerando um sistema dinâmico e abrangente para todos.

De acordo com a educanda 4: *“Eu me sinto na obrigação de agora, depois de tantas informações, leituras e textos que estamos estudando aqui no PróJovem, de cuidar mais e colocar em pratica tudo que estamos e vamos aprender ainda com as aulas. Temos tantas coisas que podemos fazer pra cuidar do meio ambiente, tanto nas aulas de campo como na sala de aula, a e ainda e ainda o que vemos na televisão.”*

A educação ambiental se constituiu numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de processos pedagógicos participativos que procura incutir no educando uma consciência critica sobre o problema ambiental, prendendo como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

Entende-se esta consciência, não apenas como o habito de separar o material na fonte ou não jogar lixo em locais inadequados, mas também, de estimular a reflexão sobre o problema lixo com um todo; dos diversos tipos de poluição existentes e de suas conseqüências da importância de ações de preservação; como também da sua consciência enquanto “ser” parte da natureza e parte de uma sociedade desigual e injusta na busca da harmonia com o todo.

4 - Referências

AGENDA 21. Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1 cd, Curitiba, Ipardes. 2.001.

ANTUNE5, Paulo de Bessa. Direito Ambiental Rio de Janeiro. Lumen Juris. 1996.

ÁVILA, José; et el. Ecologia e comportamento Humano. Vozes: Rio dc Janeiro. 1989.

BARROSO. Luis Roberto A Proteção do Meio Ambiente na Constituição Brasileira” In Cadernos de Direito Constitucional e ciência Política. I. Ano .I . Ed, RT São Paulo:Dezembro de 1992.

CORSON. Walter H..0. Manual de Ecologia; O que você pode fazer a respeito da crise do Meio Ambiente. Augustus: São Paulo, 1993.

DIAS, Genebaldo Freire Educação Ambiental — Princípios e Práticas. 9 ed. Gaia: São Paulo, 1997.

FAJARDO, Elias. Se cada um fizer a sua parte,.. Ecologia e cidadania. 1 ed. Rio de Janeiro, Senac Nacional, 1998.

FERREIRA. Leila da Costa. Questão Ambiental’: A. Sustentabilidade e Políticas no Brasil. 1 ed. Boitempo Editorial São Paulo, 2001.

MACHADO, Paulo Afonso. Direito Ambiental Brasileiro. 13 ed. Malheiros, 2005.

MINISTERIO DA EDUCACAO. .Constituição República Federativa do Brasil. 1989.

TORRES, P. L. Et. Al. A intervenção da Escola no Curso do Rio. Governo do Paraná, 2000.

VIEIRA. Paulo Freire. Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento. 3 ed. Cortez, São .Paulo, 2002.